

TERRITÓRIOS DA LAVOURA DE ARROZ E DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL: ESPECIFICIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO REGIONAL

TERRITORIES OF FARM OF RICE AND OF SOY IN THE RIO GRANDE DO SUL: specified in the production of the regional agrarian space

Marcelo Cervo Chelotti

Doutorando no PPGGEO/UFU – MG

Bolsista FAPEMIG – E-mail: mchelotti@hotmail.com

Roberto Barboza Castanho

Doutorando no PPGGEO/UFU – MG

Bolsista CAPES – E-mail: robertocastanho1@hotmail.com

Artigo recebido em 23/02/2006 e aceito para publicação em 24/03/2006

RESUMO: *A organização do espaço agrário gaúcho possui especificidades associadas a sua formação socioespacial, onde as lavouras de arroz e de soja configuram-se em territórios aparentemente distintos. Historicamente o arroz é produzido na metade sul, tendo como características o arrendamento da terra, alto padrão tecnológico e ser destinado ao mercado interno. Enquanto a soja na metade norte é produzida em terras próprias, também com alto padrão tecnológico, e destinada principalmente para o mercado externo. No entanto, em função das oscilações do mercado, associado à baixa do preço do arroz, a soja tem ocupado significativos espaços em áreas típicas de produção de arroz.*

Palavras-chave: espaço agrário, lavoura de arroz, lavoura de soja, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: *The organization of the space agrarian gaúcho possesses specified associated its partner-space formation, where the farming of rice and of soy they are configured seemingly in territories different. Historically the rice is produced in the south half, tends as characteristics the lease of the earth, high technological pattern and to be destined to the internal market. While the soy in the north half is produced in own lands, also with high technological pattern, and destined mainly for the external market. However, in function of the oscillations of the market, associated the drop of the price of the rice, the soy has been occupying significant spaces in typical areas of production of rice.*

Key-words: space agrarian, rice of farming, soy of farming, Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará os territórios conquistados pela lavoura do arroz e da soja no

espaço agrário gaúcho no ano de 2004¹, bem como seus desdobramentos regionais. O arroz e a soja são culturas temporárias, cultivadas no verão, e por isso oscilam muito dependendo das condições

¹ O ano de 2004 foi escolhido em função de serem os dados agropecuários do IBGE mais atualizados.

climáticas e também da política agrícola.

No Rio Grande do Sul, historicamente esses dois cultivos ocupam diferentes territórios, uma ao sul, o arroz, e outra, a soja, ao norte. No entanto, nos últimos anos a soja tem se expandido para áreas tradicionais de produção de arroz no na Metade Sul, em função de gerar mais lucro que o arroz.

Para realizar a espacialização dessas culturas no território gaúcho, utilizou-se como suporte o software de geoprocessamento Arcview 3.2a, sendo possível detectar as áreas (em hectares) das culturas de arroz e soja, tendo como base, a malha digital do Rio Grande do Sul, tanto nas escalas municipal, Microrregiões e Mesorregiões. Desta forma, com a elaboração de um banco de dados, organizado por município e depois agrupado pelos 'layers', da micro e mesorregiões, elaborou-se as regionalizações das culturas, destacando as áreas com maior e menor predominância da lavoura de arroz e da soja.

Aparentemente por se tratar de cultivares de verão, o arroz e a soja, tornam-se culturas competitivas no que tange a área destinada a sua produção, entretanto, o que se deve ressaltar, é que o arroz é um cereal destinado diretamente ao consumo interno, enquanto a soja de caráter exportador.

Nesse contexto, destaca-se que em função dos seus altos custos de produção e preços insatisfatórios, a lavoura do arroz irrigado nos últimos anos vem perdendo espaço para a sojicultura, sendo que esta última o custo de produção é consideravelmente menor, apresentando ao mesmo tempo uma produtividade relativamente alta, considerando obviamente os meios tecnológicos dispensados ao seu cultivo, que em determinadas áreas alcançam uma produtividade de até 3.000 kg/ha.

O ESPAÇO AGRÁRIO GAÚCHO: DIFERENÇAS REGIONAIS

O Rio Grande do Sul caracteriza-se pela forte tradição em seu setor primário. Neste sentido o elemento dominante, ao qual todos os outros se

subordinam é a propriedade agrária, sendo a terra o meio de produção principal. Assim, a estrutura fundiária apresenta características bastante particulares, e diversificadas, em alguns casos coexistindo lado a lado, a grande e a pequena propriedade.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul encontra-se dividido em sete grandes Mesorregiões Geográficas, sendo elas: Centro-Occidental, Centro-Oriental, Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste, Sudeste e Sudoeste, como mostra a figura 1. No entanto, existem outras regionalizações, como a socioeconômica, dividindo-o entre Metade Sul e Metade Norte, numa linha imaginária que sai de Porto Alegre em direção a São Borja no sentido leste-oeste.

A ocupação histórica do espaço sul-riograndense configurou inicialmente em seu espaço agrário duas sociedades bem distintas, ao sul os pecuaristas, e ao norte os agricultores. Assim, enquanto no sul desenvolvia-se a pecuária de corte extensiva nas fazendas, o norte (denominado área colonial) apresentava-se enquanto área de expansão da fronteira agrícola que somente se fechou na década de 1950.

O período que vai de 1930 a 1950 pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo e sempre a favor da classe agropecuarista e industriais dominantes. Assim, a economia gaúcha estruturava-se com uma base produtiva agropastoril de alta qualidade despontando-se como uma das melhores do Brasil.

Após 1964, novos direcionamentos caracterizam o sistema agrícola brasileiro, como a modernização conservadora que estimulava o intenso uso de políticas de crédito os quais atendiam aos interesses agro-industriais. Esse período marca uma nova reestruturação no espaço agropecuário gaúcho, onde a modernização começava a ser introduzida modificando as relações no campo. Assim, culturas como a da soja adquire espaços significativos e a lavoura orizícola expande-se em direção a Metade Sul.

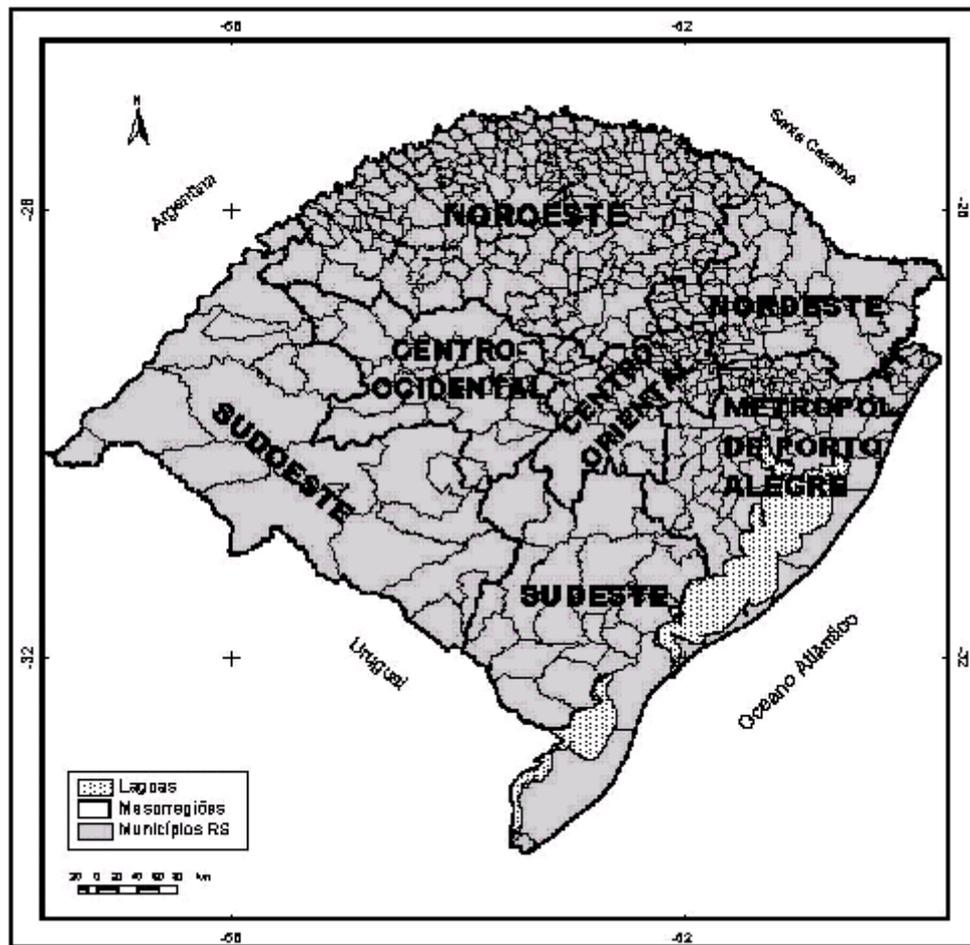


FIGURA 1: Estado do Rio Grande do Sul, com as divisões dos 497 municípios, 38 microrregiões e 7 mesorregiões.

Fonte: Base Digital IBGE (2002) / Dados P.A.M. IBGE (2004).

Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Entretanto, com o processo de modernização, os padrões antigos foram substituídos por técnicas mais “modernas”. A tração animal passa a ser substituída pelo trator, e os fertilizantes são agora produzidos quimicamente. Desta forma, a modernização criou padrões de comportamento diversos dos até então praticados pelos agricultores gaúchos. Tais padrões podem ser verificados pelas distintas organizações espaciais, via produção agrícola diferenciada.

METADE SUL: TERRITÓRIO DA LAVOURA ORIZÍCOLA

Durante a colonização açoriana, em meados do século XVIII, baseada na pequena propriedade familiar, o arroz do tipo sequeiro era cultivado basicamente para a subsistência. Mas foi através da colonização alemã, que teve início no século XIX, baseada em uma agropecuária especializada, que o arroz irrigado começou a ser cultivado. No entanto, sua produção em escala comercial começou ser cultivado fora das áreas coloniais,

destacando-se, a região da Depressão Central e Litoral Ocidental da Lagoa dos Patos. (FRAQUELLI apud BESKOW, 1986).

Assim, a existência de recursos naturais

favoráveis para o cultivo do arroz irrigado, bem como a predominância de extensos vales com muitos mananciais de água, foram fundamentais para possibilitar o surgimento e desenvolvimento da orizicultura nestas áreas do Rio Grande do Sul (Figura 2).



FIGURA 2: Vista parcial de área destinada a produção de arroz irrigado, no município de Dom Pedrito – RS.
Fonte: Chelotti (2000).

Possuindo características muito específicas para o seu cultivo, como o uso intenso de equipamentos para seu cultivo e irrigação, o arroz irrigado distinguiu-se das demais culturas que eram cultivadas nas áreas coloniais. O processo de irrigação pressupunha uma um suporte mecânico, com isso, o domínio de algumas tecnologias que grande parte dos agricultores não tinham acesso.

[...] em 1906, instala-se em Cachoeira do Sul a primeira lavoura irrigada com levante mecânico (...). Foi organizada por um grande proprietário fundiário, criador de gado e advogado, em sociedade com um comerciante e advogado além de outro comerciante, sendo esta lavoura junto

com as de Pelotas consideradas o marco da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul onde começa verdadeiramente a história da grande orizicultura no Rio Grande do Sul. (BESKOW, 1986, p.44).

Desta maneira, os primeiros grandes investimentos na produção de arroz irrigado estiveram associados à concentração de capital oriundo da classe pecuarista que exportava charque para outras regiões. Pode-se dizer então, que desde os primórdios da inserção da lavoura orizícola, baseada na produção para o mercado, esta lavoura esteve altamente associada com a pecuária, onde estas duas atividades econômicas começam a dividir espaços

e constituiu uma nova forma de exploração da terra. Assim, durante os períodos de crise da pecuária, uma das alternativas era arrendar parcelas desta terra para os orizicultores, em função da lucratividade da mesma em relação à exploração pecuarista.

A lavoura orizícola caracterizou-se no Rio Grande do Sul, sob a forma do arrendamento capitalista da terra. Desta maneira, a lavoura orizícola organizou-se basicamente a partir de três classes sociais: os Proprietários Fundiários, os Capitalistas (arrendatários) e os Assalariados Rurais.

Para Beskow (1986) o arrendatário² capitalista dedicado a orizicultura no Rio Grande do Sul, é proprietário de parcela dos meios de produção, ou seja, maquinários e equipamentos agrícolas. Em geral, este arrendatário tem terra e água, elementos naturais imprescindíveis para o cultivo desta lavoura. O arrendamento capitalista na lavoura orizícola está associada a existência da propriedade privada da terra, ao fato de que esta é monopolizada por uma pequena parcela, geralmente os latifundiários pecuaristas.

O espaço agrário gaúcho começa a conviver com novas relações de trabalho no campo, ultrapassando, dessa forma, as “porteiras das estâncias”, que possuíam a relação patrão e peão. Estas novas relações acarretaram grandes transformações, tanto de âmbito econômico quanto social. Deve-se ressaltar, que apesar de sua constituição ter-se dado sob forma capitalista, com certo grau de tecnologia, a mão-de-obra neste período era bastante utilizada, constituído assim um grande mercado de força de trabalho.

Alguns acontecimentos significativos, tanto em nível estadual, nacional e internacional fortaleceram a constituição da lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul. Pode-se citar entre estes acontecimentos, a primeira Guerra Mundial e a posterior criação do Sindicato do Arroz em 1926, e a criação da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

A combinação de fatores como o crescimento do mercado interno do Brasil, a crescente urbanização, associado às condições favoráveis de mercados externos importadores de alimentos em função da primeira Guerra, foram os responsáveis pelo notável aumento da participação da produção de arroz gaúcho no mercado nacional.

Verifica-se então, a consolidação de uma agricultura voltada para o mercado interno que crescia em função de um mercado externo que necessitava uma grande demanda de gêneros alimentícios. Portanto, este momento vivido pelo espaço agrário gaúcho é de suma importância, pois mais uma vez o Rio Grande do Sul torna-se abastecedor de grande parcela de gêneros alimentícios, nesse caso o arroz.

No final do século XX, o Rio Grande do Sul já era responsável por mais de 40% da produção total de arroz do Brasil, e mais de 80% da produção nacional de arroz irrigado. Sendo assim, tornou-se o principal supridor de arroz para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e diversas capitais do nordeste e centro-oeste do país.

O cultivo do arroz irrigado gaúcho tem atingido níveis médios de produtividade superiores a cinco toneladas por hectare. Essas altas taxas de produtividade se dão em função do alto grau de especificidade desta lavoura, com intensiva introdução de tecnologias, caracterizando-se como uma lavoura altamente capitalista em seus meios de produção.

A lavoura orizícola desempenha um grande papel econômico e social, além de representar a maior arrecadação de impostos na maioria dos municípios da Metade Sul. Ressalta-se que no decorrer do tempo a área desta lavoura oscilou bastante, em função das políticas agrícolas que sempre foram favoráveis para o setor.

² Conforme Beskow (1986) o arrendamento capitalista da terra no Brasil começou com a lavoura orizícola no Rio Grande do Sul em meados de 1910.

Ao comparar a área da lavoura orizícola percebe-se que sempre esteve em franca expansão, tanto do ponto de vista de produtividade quanto de área cultivada. No entanto, nos últimos anos, em função da concorrência do arroz proveniente do Mercosul a área destinada para o arroz estagnou-se.

O alto custo de produção é considerado pelos agricultores, como um dos principais problemas enfrentados pela lavoura orizícola. Assim, as vantagens de produzir arroz em outras regiões ou até mesmo na Argentina e Uruguai tornam-se evidente na medida em que seus custos de produção são bem inferiores aos encontrados no Rio Grande do Sul, tornando-se, desta forma, áreas de atração de agricultores.

Torna-se bem claro que as políticas adotadas na década de 1970, na qual permitiram a expansão da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, objetivava basicamente a expansão da produção de grãos, não estando associada com uma verdadeira política agrícola. Utilizavam-se, para tanto, políticas compensatórias de garantia de preços mínimos, crédito e subsídios. O que de certa forma, possibilitou a inserção da orizicultura em áreas até então dominadas pela pecuária, alicerçada no arrendamento capitalista da terra. Neste período da economia brasileira não eram priorizadas as questões que integram os custos de produção, gerenciamento da propriedade e competitividade.

Assim, verifica-se que nas últimas safras, várias reivindicações foram levantadas por estes agricultores, que estão observando o sucateamento de suas lavouras. Desta forma, essa indignação com a falta de interesse por parte do poder público, tem sido manifestada através de barricadas, nas fronteiras por onde o arroz argentino e uruguaio costumam ser exportados para o Brasil.

Na medida em que a lavoura orizícola

consolidou-se no espaço agrário da Metade Sul ela foi capaz de dividir espaços substanciais com a pecuária, até então, principal atividade econômica. Percebe-se, então, a formação e organização de uma cadeia produtiva no decorrer das décadas, basicamente voltada para o abastecimento do mercado interno, formado pelas grandes cidades do sudeste brasileiro.

METADE NORTE: TERRITÓRIO DA SOJICULTURA

O cultivo da soja está muito associado ao avanço do processo de modernização da agricultura em meados da década de 1960. Mas isso não quer dizer que essa cultura não era desenvolvida no Rio Grande do Sul, só que não com caráter comercial e sim de subsistências nas pequenas propriedades.³

Mas foi a partir da década de 1970 que a lavoura empresarial gaúcha apresentou um crescimento realmente surpreendente, pois tanto o arroz, como o trigo e a soja constituíram-se na frente de expansão capitalista no estado. A mecanização da lavoura foi introduzida no Rio Grande do Sul através do cultivo do arroz, entretanto foi a triticultura que efetivou a consolidação da modernização agrícola inclusive lançando bases para a lavoura empresarial, ou seja, a triticultura mecanizada comandou o processo de mecanização, que teve início no Planalto Gaúcho e se difundiu para todo Brasil.

De acordo com Brum (1988) foi neste contexto histórico que o binômio milho-mandioca, predominante na zona de agricultura e destinado basicamente à criação e engorde de suínos, vai ser substituído pela combinação trigo-soja, esta última destinada a comercialização internacional. A combinação trigo-soja, com crescente destaque para a última cultura, avançou, também, com velocidade, em antigas áreas de campo, subtraídos à pecuária, bem como rumo a outras regiões pioneiras e outros Estados.

³ Inicialmente a soja (conhecida como feijão japonês) era utilizada somente para a alimentação animal, pois ainda não era considerada uma cultura rentável economicamente.

A fase de grande expansão da soja no Rio Grande do Sul coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Nessa fase se define com mais clareza o atual modelo econômico brasileiro. Desta forma, a nossa economia se integra mais ao capitalismo internacional e a região da campanha começa a cultivar a soja em áreas até então ocupadas pela pecuária.

Ao assumir o modelo agroexportador a soja, no terceiro momento (1968-80), caracterizou a forma decisiva a articulação da economia do Rio Grande do Sul com o pólo dinâmico nacional. Esta crescente demanda estimulou o incremento da produção da soja, fazendo com que o Estado cumprisse a função geradora de divisas, no processo global de acumulação e cumprisse a sua função exportadora.

A lavoura empresarial desta monocultura tem um comportamento notável em todo o período, entretanto, é na etapa de 1968-80 que esta cultura passa a liderança do processo de acumulação na agricultura gaúcha. (BEZZI, 1985, p. 78).

Com a penetração capitalista no campo, especialmente com a cultura da soja e do arroz, o espaço agrário gaúcho sofreu uma alteração em sua fisionomia, modificando o setor agrícola em função do processo de modernização (Figura 3), sendo que um dos problemas mais visíveis foi o êxodo rural, que se deu em função das mudanças tecnológicas. Conseqüentemente acentuou-se a urbanização no estado, isto porque a migração rural-rural começava a fechar-se, como é o caso das migrações para o oeste do Paraná.



FIGURA 3. Vista parcial de área destinada ao cultivo da soja, no município de Palmeira das Missões – RS.
Fonte: Schmitt (2005).

Enquanto o governo privilegiava alguns produtos, os de exportação, os produtos destinados ao abastecimento da população passavam a ser desprezados pelos agricultores, pois optaram para culturas que o mercado exigia, ou seja: o arroz, a soja e o trigo sendo que foram deixados de lado o feijão, a mandioca, entre outros.

Tambara (1983) fez uma crítica esse modelo, ressaltando que, nas áreas de grande fertilidade, potencialmente aptas a produzirem alimentos para a população brasileira, são ocupadas com produtos que se destinam, de modo geral, à exportação. Isto é decorrente do modelo brasileiro de desenvolvimento, que apresenta constante déficit no seu balanço de pagamento. E a forma de diminuir este déficit é estimular a exportação de produtos primários. É por isso que, até pouco tempo, o setor era contemplado com crédito altamente subsidiado.

Assim, o setor agrícola gaúcho, e também, o nacional, ficaram subordinados às multinacionais, que detinham todos os equipamentos e insumos necessários para produzir como o mercado exigia. Esta penetração capitalista no campo absorveu equipamentos acima do que era necessário para o processo produtivo, sendo que, por muitas vezes, estes equipamentos ficavam ociosos após as safras, sem utilização econômica durante o restante do ano.

Para Reydon e Graziano da Silva *apud* Souza Filho (1994, p. 92), ressalta-se que,

Isto é consequência direta do processo de modernização, que purifica as relações de produção, tornando-se mais capitalistas. Neste processo há tendência ao crescimento da utilização do trabalho temporário e contrato por empreitada e ao desaparecimento gradual das relações tradicionais de emprego, como a produção familiar e a parceria, em função da necessidade da elevação da produtividade do trabalho.

As consequências da modernização do espaço agrário brasileiro, em especial o sul-rio-grandense causou sérias modificações tal como

redução do nível de emprego e modificação nas relações de produção. Neste contexto, Souza Filho (1994, p. 93) ressalta que,

[...] das transformações ocorridas no espaço agrário sul-rio-grandense com o processo de modernização, a concentração da propriedade da terra – que historicamente já se encontrava concentrada – não diminuiu, pelo contrário, apresentou uma tendência a reconcentração, impedindo ao trabalhador o acesso à terra para fazê-la produzir. Isto, aliado à sucessão hereditária nas pequenas propriedades rurais às inovações tecnológicas introduzidas nos estabelecimentos, levou à expulsão, a partir do final da década dos anos sessenta até nossos dias, de aproximadamente 1 milhão de trabalhadores do meio rural.

A mecanização no espaço agrário, apesar de também ter-se acelerado a partir da década de setenta beneficiou uma minoria insignificante dos estabelecimentos e se concentrou em algumas regiões do Rio Grande do Sul. Conforme, Souza Filho (1994, p. 83), é importante enfatizar que,

[...] o processo de tecnificação do espaço agrário brasileiro, com relevância ao sul-rio-grandense, baseou-se nos insumos químicos (fertilizantes e defensivos) e na tratorização. Afora as inovações por produto (tais como sementes selecionadas, por exemplo), convém destacar o uso de técnicas agrônomicas de conservação de solo e irrigação.

O período pós 1960, com destaque ao período de 1967-74, ciclo de grande extensão da atividade econômica que ficou conhecido como “o milagre brasileiro”, marca o início da intensificação da modernização do espaço agrário no país. Intensificação que esteve altamente associada com a política de crédito rural até o final da década dos anos 1970, principalmente pelo baixo custo dos recursos, devido a política de subsídios.

A importância do crédito rural para o

processo de modernização do espaço agrário no período pós 1967, principalmente na década de 1970, a proporção com que os financiamentos creditícios participaram no valor do produto líquido da agricultura, sendo que a partir da década dos anos 1970, o processo de tecnificação do nosso espaço agrário cresceu rapidamente em dois elementos fundamentais : quimificação e a mecanização.

A soja transformou-se no produto de sustentação da modernização agrícola no RS, cujo modelo implantado no Estado para o cultivo deste produto, fundamentava-se via políticas de crédito e infra-estrutura de comercialização.

A acumulação recente no campo gaúcho, conforme Bezzi (1985, p. 79-80) deve ser assim considerada:

[...] aparece na combinação de duas culturas altamente comercializáveis, uma de inverno, o trigo, e outra de verão, a soja. Isso permitiu usar mais intensamente a terra, diminuir a ociosidade das máquinas e equipamentos, e usufruir mais racionalmente de adubos e fertilizantes. Esta modernização no setor primário possibilitou o surgimento no Estado de um parque fabril responsável pela fabricação de tratores, colheitadeiras, fertilizantes, etc., a soja e o trigo aliam-se, constituindo uma empresa rural capitalista, capaz de produzir duas safras anuais com resultados econômicos ponderáveis.

Assim, a soja transformou a estrutura primária gaúcha, tendo em vista a sua boa colocação no mercado nacional e internacional. Simultaneamente, com o setor agrícola a pecuária também passou por mudanças significativas principalmente a partir de 1960. A pecuária tradicional que se encontrava alicerçada na acumulação de bens a partir da exploração extensiva, passa por modificações que repercutem até os dias atuais.

Assim, existem setores da economia brasileira e também sul-rio-grandense que não

reagiram frente às transformações do mercado, tornando-se áreas com economias estagnadas ou conservadoras. É importante resgatar Tambara (1983, p. 13) quando salienta que,

A tese dualista propõe a existência de regiões caracterizadas pelo tradicionalismo na maneira de pensar e que colocam resistência a qualquer tentativa de mudança. Estas regiões constituem assim um obstáculo ao processo de desenvolvimento de outras regiões.

Embora hoje, o Rio Grande do Sul possua uma produção relativamente diversificada em relação a outros estados da federação, seu setor agrícola apresenta três culturas com maior significado sobre as de mais: a soja, o arroz e o trigo. Essas culturas se efetivaram com o intenso uso de equipamentos e insumos modernos, ou seja, sob formas capitalistas de produção.

É desse modo que o setor primário do Rio Grande do Sul se estruturou e apresenta-se na contemporaneidade. Apesar dos entraves pelos quais passou, a economia sul-riograndense conseguiu se expandir principalmente através da soja a qual modificou a estrutura produtiva, principalmente da Metade Norte.

RIO GRANDE DO SUL: TERRITÓRIOS DO ARROZ E DA SOJA

Ao realizar o mapeamento das lavouras de arroz e de soja, percebe-se sua especificidade regional quanto a espacialidade de cada cultivo. Assim, durante muitas décadas essas duas lavouras ocupavam áreas bem distintas no Rio Grande do Sul, o norte caracterizando-se pelo cultivo de soja e ao sul o arroz.

Em função de sua especificidade quanto ao cultivo, o arroz no Rio Grande do Sul é majoritariamente produzido na Metade Sul. Características como relevo, qualidade do solo e hidrografia, tornaram essa região a maior produtora de arroz irrigado do Brasil.

Ao analisar a figura 4, torna-se nítido que o território ocupado pela lavoura do arroz irrigado é a Metade Sul, onde nessa região, encontra-se organizado o setor agroindustrial do arroz, como a presença de cooperativas e engenhos de beneficiamento e comercialização.

Embora a Metade Sul seja considerada território do arroz, seu cultivo não é uniformemente espacializado dentro da região. Existindo municípios que se destacam por diversos fatores, como a existência de grandes extensões de terras planas (várzeas), disponibilidade de água

para irrigação, bem como a existência de agricultores.

Nesse contexto, municípios localizados na fronteira oeste são os maiores produtores de arroz, destacando-se Uruguaiana e Itaqui que cultivaram na safra de 2004 mais de 49.000 hectares cada um. No entanto, existem outros municípios como Dom Pedrito, Cachoeira do Sul, Santa Vitória do Palmar que também se cultivaram grandes extensões de arroz irrigado. Salienta-se, que nesses municípios é comum o consórcio entre pecuária e lavoura, denominado regionalmente de binômio “Boi/Arroz”.

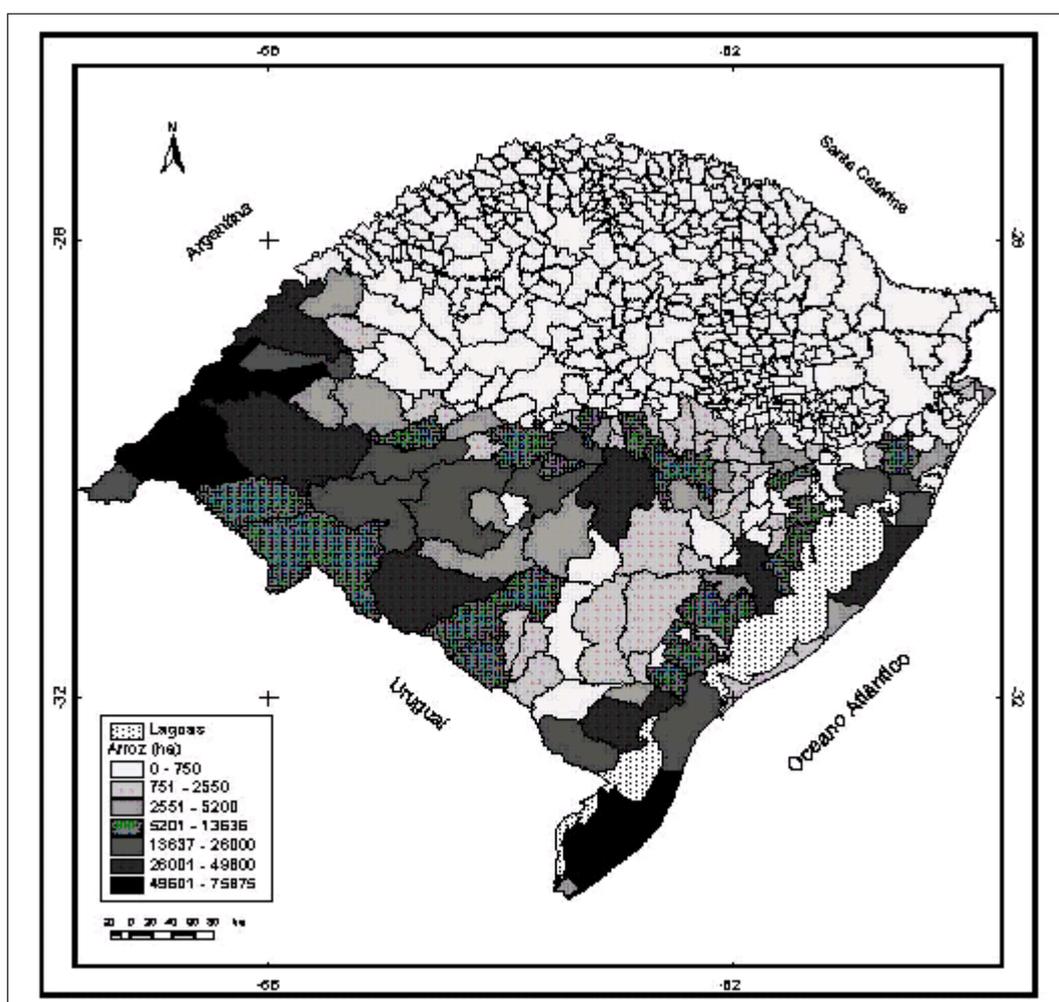


FIGURA 4: Área de produção em hectares da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul no ano de 2004.
Fonte: Base Digital IBGE (2002) / Dados P.A.M. IBGE (2004).
Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Outro fator que caracteriza a produção de arroz no Rio Grande do Sul, é a sua alta produtividade por área cultivada. Através do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), os agricultores tem acesso a cultivares cada vez mais produtivos e adaptados a realidade regional, ou seja, mais resistentes a pragas e efeitos climáticos. A meta do instituto é de alcançar uma produção de 10.000 toneladas de arroz por hectare cultivado, índice que poucos municípios tem atingido. No entanto, a produtividade média no ano de 2004 concentrou-se em torno dos 6.000 kg/ha.

Na seqüência, a figura 5 demonstra a produção (em toneladas) de arroz que em alguns municípios atingiram a cifra de 500.000 toneladas do produto no ano de 2004, concentrando-se nos municípios da fronteira oeste, com algumas exceções a exemplo do município de Dom Pedrito, Cachoeira do Sul e Santa Vitória do Palmar. Nesses municípios, a produção de arroz possuiu uma íntima ligação com a adoção de tecnologia de ponta, modernização da atividade, e alto índice de arrendamento da terra.

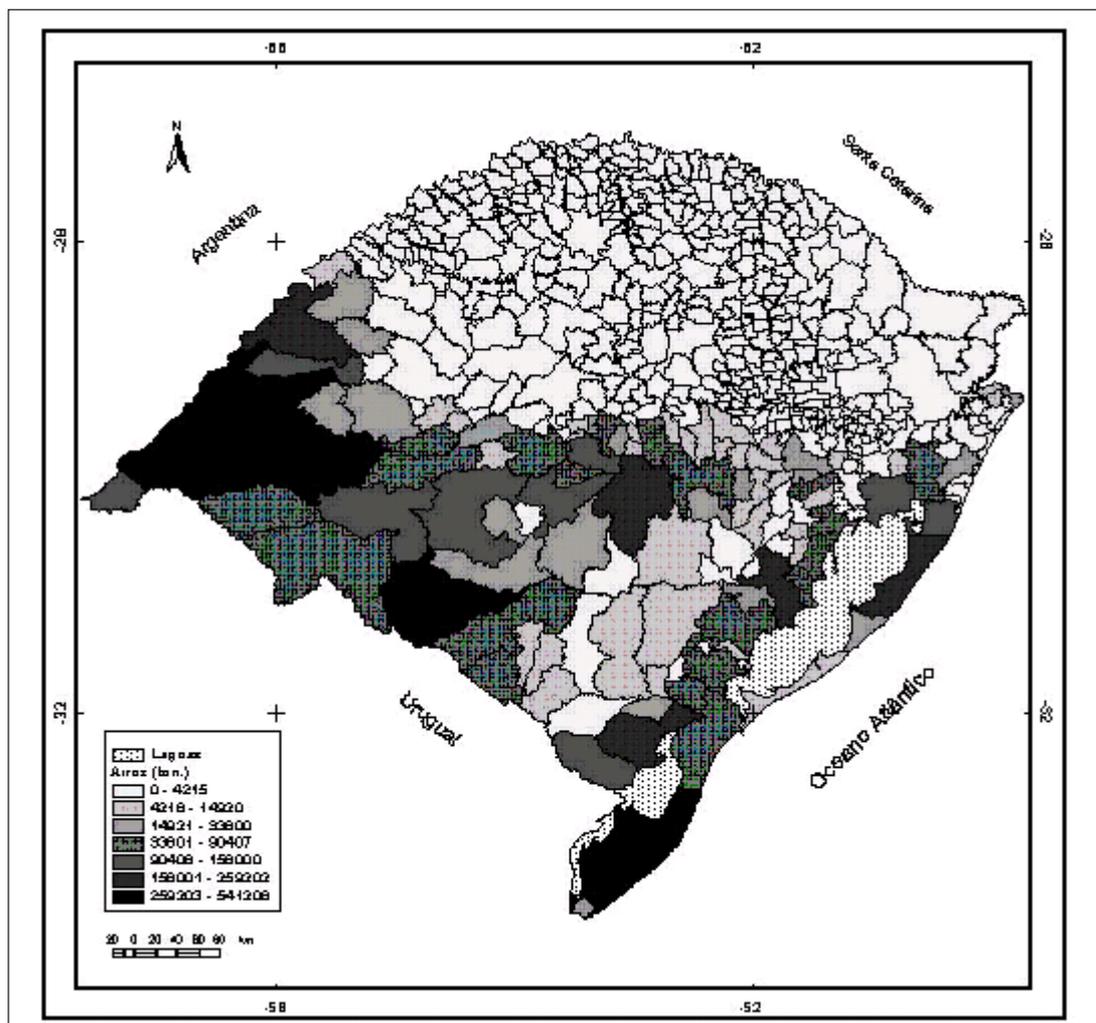


FIGURA 5: Produção de Arroz em toneladas no Rio Grande do Sul no ano de 2004.
Fonte: Base Digital IBGE (2002) / Dados P.A.M. IBGE (2004).
Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Como abordou-se anteriormente, a lavoura da soja que começou a ser cultivada no planalto gaúcho em meados da década de 1960, responsável por uma significativa transformação sócio-espacial na Metade Norte, redefiniu as relações de trabalho, provocando migração para as cidades e para outras regiões. Essa tendência, com o passar dos anos, expandiu-se também para a Metade Sul, onde a disponibilidade de terras foi favorável, atrelado as tecnologias disponíveis, como, utilização de fertilizantes

para a correção do solo, implementos agrícolas, sendo estes, favorecidos pela configuração do relevo.

A figura 6 mostra que a soja é produzida hegemonicamente nos municípios do chamado planalto médio gaúcho. Mas não é exclusivamente cultivada na grande propriedade, sendo também comum encontramos nas pequenas propriedades familiares, onde as culturas de subsistência foram aos poucos, sendo substituídas pela monocultura da soja.

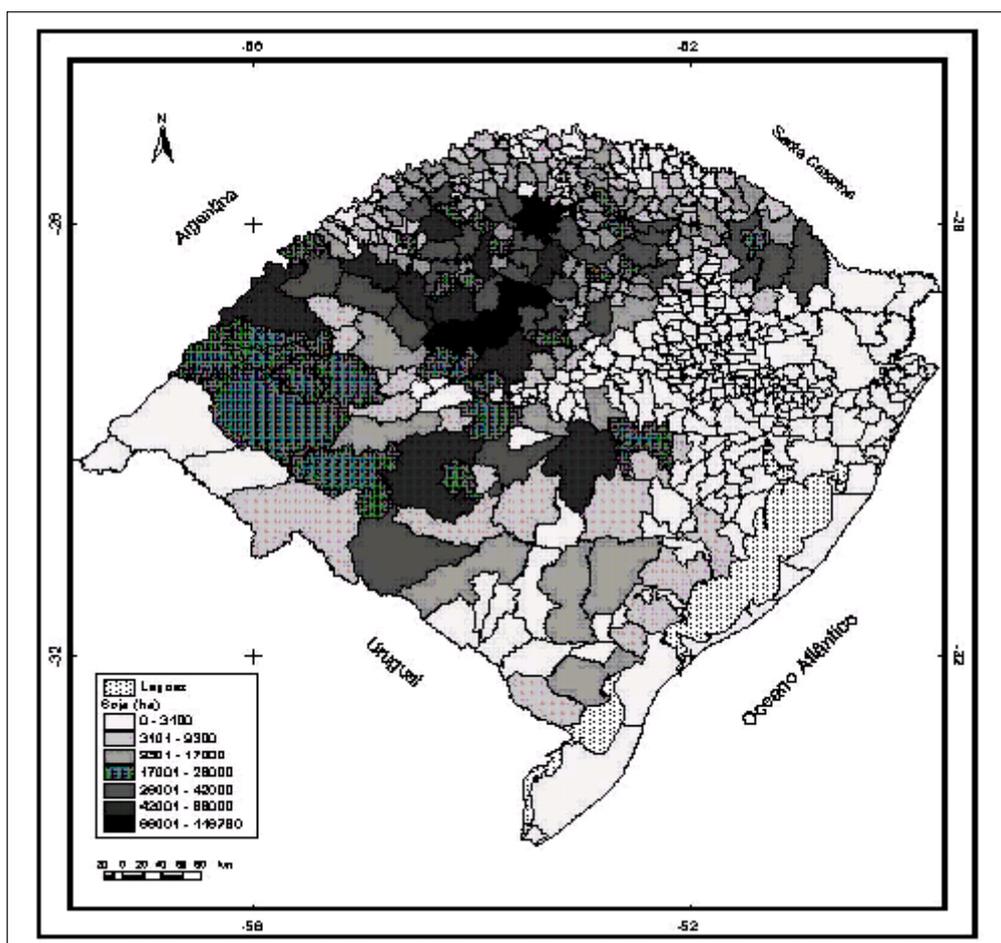


FIGURA 6: Área de produção em hectares da lavoura sojícola no Rio Grande do Sul no ano de 2004.
Fonte: Base Digital IBGE (2002) / Dados P.A.M. IBGE (2004).
Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Apesar, de alguns municípios apresentarem um relevo não muito propício a mecanização, a inserção da produção da soja, encontrou meios de se expandir nessas áreas, tendo como um dos principais fatores, não somente a fertilidade do solo,

mas também a linhas de crédito oferecidas por parte das instituições financeiras, cobrindo desde o plantio até possíveis perdas na produção em função de adversidades climáticas (Figura 7).



FIGURA 7: Vista parcial de colheita da soja, com elevado índice de tecnificação no município de Palmeira das Missões – RS.

Fonte: Schmitt (2005).

Municípios como Palmeira das Missões, Cruz Alta e Tupanciretã apresentam-se como os maiores produtores de soja, onde a área cultivada chega atingir mais de 80.000 hectares cada um. Em função da malha municipal ser mais fragmentada na Metade Norte, não sobressaem grandes áreas cultivadas por município. Mas destaca-se que a soja é cultivada em todos municípios, diferenciando-se apenas quanto o grau de tecnologia empregado no seu cultivo.

No entanto, observa-se também, embora isoladamente, que municípios localizados na Metade Sul tem expressão quanto à produção de soja, podendo-se destacar São Borja, Cachoeira do Sul, São Gabriel e Dom Pedrito. Acredita-se que o preço no mercado internacional tem provocado a expansão do cultivo de soja para regiões tradicionalmente produtoras de arroz, bem como a existência de grandes áreas de campo com alto potencial de exploração para tal cultivo (Figura 8).



FIGURA 8: Vista parcial de área destinada a pecuária tradicional e cultivo de soja no município de Dom Pedrito – RS.

Fonte: Chelotti (2006).

Em relação à produção (toneladas), verificamos a grande expressividade do planalto médio, chegando a produzir mais de 80.000 t/ha em determinados municípios, destacando-se os municípios de Palmeira das Missões, Chapada, Carazinho, Passo Fundo, Cruz Alta, Tupanciretã, Santa Rosa, Três Passos, Santo Ângelo, Ijuí e Santo Augusto. Enquanto, na Metade Sul destacam-se apenas Cachoeira do Sul e São Gabriel, em função de possuírem as maiores áreas territoriais no Rio Grande do Sul, como mostra a figura 9.

Devemos ressaltar que o pioneirismo na produção de grãos tratando-se da cultura da soja, ocorreu nos municípios da Metade Norte do Rio Grande do Sul, impulsionados não somente na questão de subsídios, mas também, referindo-se a

aspectos que dizem respeito a transferência de tecnologia, como exemplo disso, têm-se a criação na década de 1970, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com sede no município de Passo Fundo, com a finalidade de produção de novas variedades de soja, adaptáveis as condições edafo-climáticas da região.

A evolução no cultivo de arroz e soja no Rio Grande do Sul foi capaz de produzir um espaço agrário com especificidades bem regionais. Se inicialmente o fator preponderante era os recursos naturais, ou seja, a disponibilidade de terra e água, com o passar dos anos foi à incorporação de tecnologia e pesquisas que se tornou o novo paradigma. Portanto, aonde não existiam rios para a irrigação do arroz, foram construídas barragens

de captação de água; as áreas de matas e agricultura colonial foram substituídas pela soja e todo o seu complexo agro-industrial. Portanto, na

contemporaneidade a agricultura está cada vez mais integrada ao meio técnico-científico-informacional.

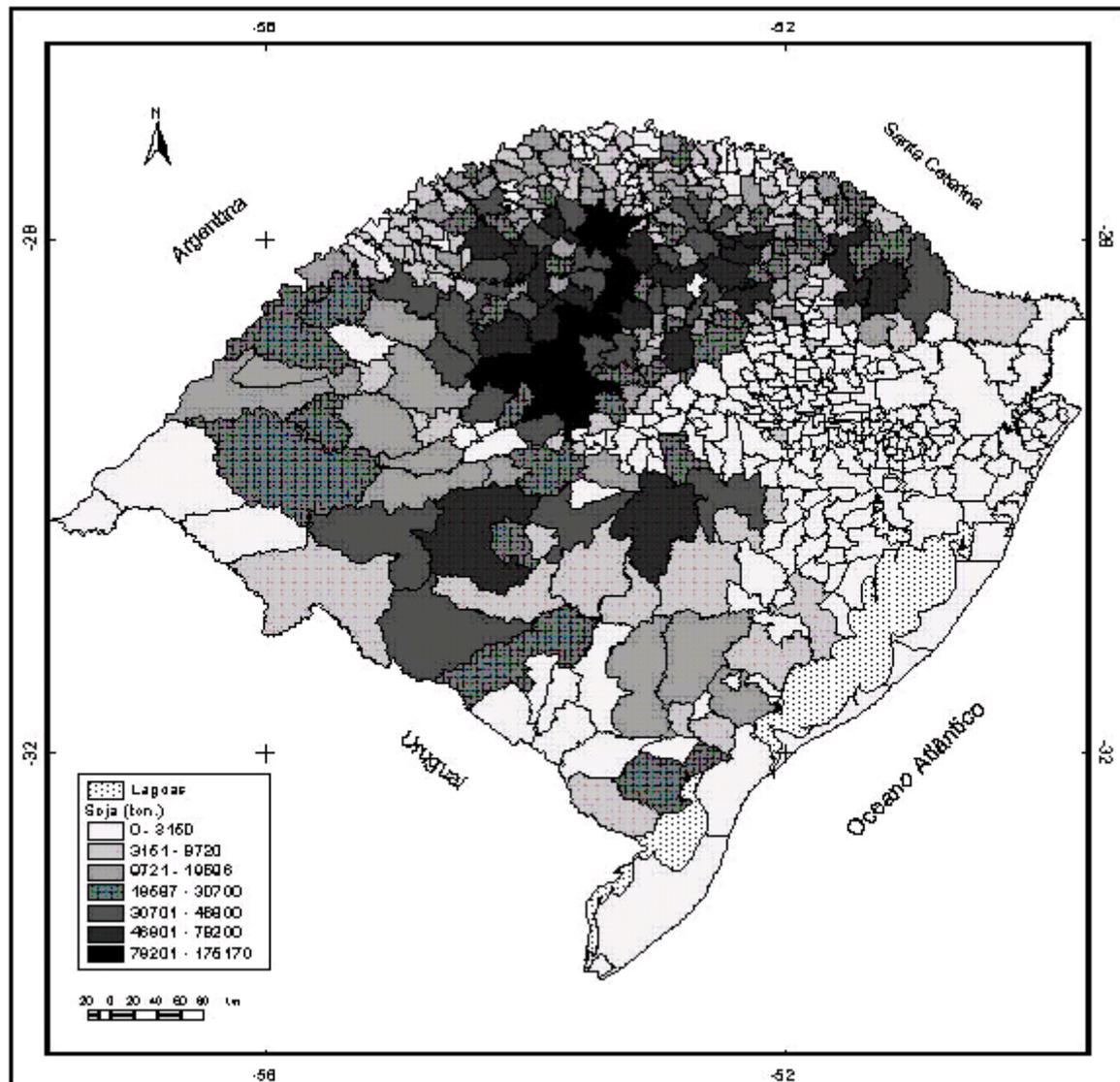


FIGURA 9: Produção de Soja em toneladas no Rio Grande do Sul no ano de 2004.

Fonte: Base Digital IBGE (2002) / Dados P.A.M. IBGE (2004).

Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Nesse contexto, a figura 10 realiza uma comparação das áreas em hectares destinadas a produção de soja e de arroz no ano de 2004, possibilitando entender, que existem municípios

altamente especializados na produção de soja e de arroz, e aqueles, que possuem uma expressiva produção de ambas culturas.

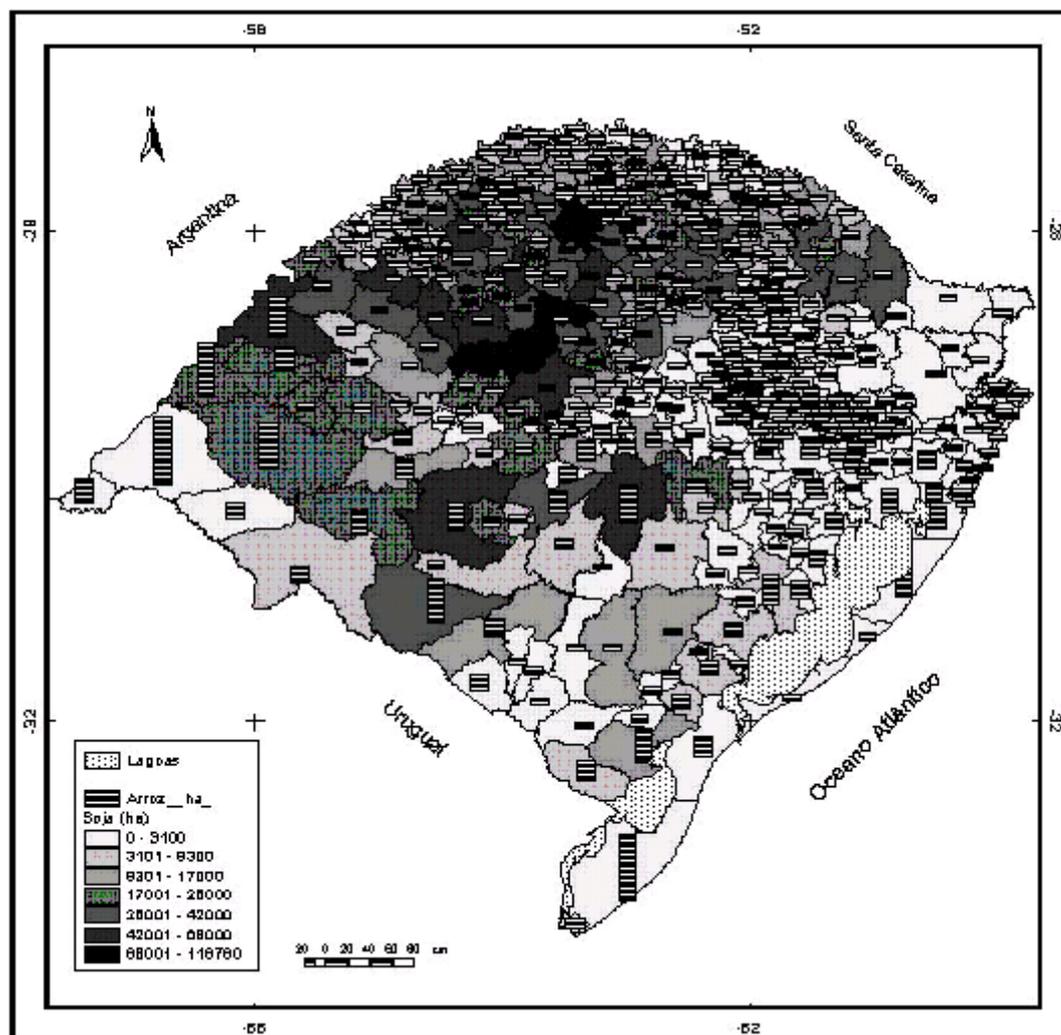


FIGURA 10: Comparação das áreas destinadas a produção de Soja e de Arroz em hectares no Rio Grande do Sul no ano de 2004.

Fonte: Base Digital IBGE (2002) / Dados P.A.M. IBGE (2004).

Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Como exemplo da combinação do cultivo de ambas as culturas, destacamos os municípios de São Borja, Cachoeira do Sul, São Gabriel e Dom Pedrito, localizados na Metade Sul. Ressalta-se que nesse caso, não ocorre uma efetiva competição de áreas, pois a soja passa a ser cultivada em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária, e não pela lavoura de arroz.

Portanto, não podemos mais considerar que a Metade Sul é território exclusivo da lavoura do

arroz irrigado, pois a soja nos últimos anos avançou significativamente, ocupando áreas anteriormente destinadas à pecuária de corte. Em relação à produção de arroz irrigado na Metade Norte, pode-se aferir que não tem expressão, exceto na região do litoral norte. Isso decorre das condições de solo, relevo, e hidrografia não serem favoráveis a seu cultivo. Diferentemente da soja, que na Metade Sul, ocupa as coxilhas (colinas), enquanto o arroz as vastas áreas de várzeas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No verão o espaço agrícola gaúcho é caracterizado majoritariamente pelo cultivo de soja e arroz, estando espacialmente o primeiro concentrando na Metade Norte, e o segundo na Metade Sul.

Tornou-se evidente que a existência de recursos naturais favoráveis para o cultivo do arroz irrigado, bem como a predominância de extensos vales com muitos mananciais de água, foram fundamentais para possibilitar o surgimento e desenvolvimento dessa lavoura na Metade Sul, desde o início do século XX.

No caso da soja, foi a partir da década dos anos 1970, com o processo de modernização da agricultura, que esta se transformou no produto de sustentação da modernização agrícola no Rio Grande do Sul, cujo modelo implantado fundamentava-se via políticas de crédito e infra-estrutura de comercialização. Desta forma, as paisagens de campos naturais, antes existentes em abundância na Metade Sul do Rio Grande do Sul, passaram a incorporar novas formas de exploração, principalmente via produção de grãos, no caso a cultura da soja, uma vez que a produção de arroz sempre se fez presente nesta área. Enquanto, a Metade Norte, especializou-se na produção da soja.

Assim, historicamente as lavouras de soja e arroz foram cultivadas em territórios distintos. No entanto, ao passar dos anos, fatores como a demanda de soja no mercado internacional, e a disponibilidade de áreas a serem cultivadas, expandiu essa cultura também na Metade Sul. Não significando com isso a competição de territórios, pelo contrário, representou aumento de áreas cultivadas no verão na mais tradicional área de pecuária de corte extensiva do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do sul:** causas e perspectivas. FEE: Porto Alegre, 1994.
- BESKOW, P. R. **O arrendamento Capitalista na Agricultura:** evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BEZZI, M.L. **São Borja Transformações no Espaço Agropecuário:** O processo de Despequarização. 1985, 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1985.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).
- BRUM, A J. **Modernização da Agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CASTANHO, R. B. **O processo de modernização agrícola e a utilização de técnicas de geoprocessamento na diferenciação físico-natural e ocupação em dois distritos no município de Palmeira das Missões/RS.** 2003, 100f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2003.
- CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento – RS.** 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2003.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul do RS.** Relatório Final. Volume VIII – Estudos

- Setoriais. Engevix Engenharia S/C. LTDA. 1996. Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan/dez. 1975. p. 19-68.
- HAERBAERT, R. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HEIDRICH, A. L. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 25, p. 63-75, 1999. SOUZA FILHO, F.R. de. As transformações no espaço agrário “Sul – Rio – Grandense pós 60. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. especial, p.74-94, out.1994.
- _____. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. TAMBARA, E. **RS: Modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Série documenta, 27).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA –Banco de dados agregados. 2004. VIEIRA, E. F., RANGEL, S.S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.
- MOREIRA, I. A.G; COSTA, R. H. da. **Espaço e Sociedade no RS**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**.